



Registro de Encaminhamentos e Temas (RET)
da 27ª Reunião do
COMITÊ ORIENTADOR DO FUNDO AMAZÔNIA

Data: Terça-feira, 20 de junho de 2023

Horário: Das 14:00 às 17:00

Local: Reunião virtual

Agenda

14:00 **Abertura – Ministra Marina Silva**

14:15 **Deliberações**

Aprovação da RET da 26ª Reunião do Comitê Orientador do Fundo Amazônia (COFA)

Aprovação do Relatório Anual do Fundo Amazônia 2022

16:00 **Informes gerais**

Evento em comemoração aos 15 anos do Fundo Amazônia

Inspeção TC 020.974/2019-1 e Acórdão 1.107/2023

Agendamento da próxima reunião do COFA – aprovação das novas diretrizes com base no Plano de Ação para Prevenção e Controle do Desmatamento na Amazônia Legal (PPCDAm)

16:30 **Encerramento**

Ministério do Meio Ambiente e Mudança do Clima (MMA)

Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES)

MATERIAL DE APOIO

1

Agenda da reunião

2

Deliberações

Aprovação da RET da 26ª Reunião do Comitê Orientador do Fundo Amazônia

Aprovação do Relatório Anual do Fundo Amazônia 2022

O superintendente da Área de Meio Ambiente do BNDES, Nabil Moura Kadri, informou que a reunião seria gravada para facilitar seu registro em ata. Propôs uma rodada rápida de apresentação, começando com os representantes do Governo Federal, estados e sociedade civil.

Todos os representantes presentes se apresentaram, informando nome e organização, conforme anexo.

Abertura dos trabalhos

A reunião foi iniciada com as saudações e boas-vindas aos presentes pelo secretário executivo do Ministério do Meio Ambiente e Mudança do Clima, João Paulo Capobianco, que agradeceu a presença de todos os representantes do Governo Federal, dos governos dos estados, da sociedade civil, da academia e do setor privado na segunda reunião do COFA.

Fez saber que a ministra Marina Silva contraiu Covid-19 e estava se recuperando. Em reunião com a equipe do ministério, pediu que fosse representada por ele e que transmitisse as palavras de boas-vindas e o desejo de uma reunião produtiva.

Ressaltou que a pauta da reunião seria relativamente simples: aprovar a ata da reunião anterior e o Relatório Anual do Fundo Amazônia.

Indagou se haveria alguma proposta de tema a ser debatido.

Passou a palavra para a diretora do BNDES, Tereza Campello, que saudou todos os presentes em seu nome e do presidente Aloizio Mercadante.

Esclareceu, em consonância com o Ministério do Meio Ambiente, que a realização da reunião de forma remota se deu para garantir a aprovação e tradução do relatório dentro do prazo estipulado, a ser entregue aos doadores no dia 30 de junho.

Informou que a próxima reunião será preparada e organizada para tratar estrategicamente das diretrizes que organizarão as ações do Fundo Amazônia nos próximos dois anos, a partir da aprovação, no dia 5 de junho de 2023, do PPCDAm.

1. Discussão e aprovação do RET da 26ª reunião do COFA

Nabil Kadri (BNDES) informou que a ata foi disponibilizada anteriormente por *e-mail* a todos e perguntou aos membros do comitê se haveria alguma proposta de ajuste ou aprimoramento em sua redação. Todos estando de acordo, foi aprovado por unanimidade o RET da 26ª reunião do COFA.

2. Aprovação do Relatório Anual de Atividades do Fundo Amazônia 2022

Nabil Kadri (BNDES) afirmou que a elaboração do relatório anual de atividades é uma obrigação que consta do decreto de criação do Fundo Amazônia, mas também dos contratos de doação. Acrescentou que há uma previsão normativa legal de que esse relatório deve passar pela apreciação do COFA, com sugestões ou algum tipo de observação e que deve ser entregue aos doadores até o dia 30 de junho, na versão em português e em inglês. Lembrou que a minuta foi encaminhada a todos, na semana do dia 9 de junho, junto com o pedido de reserva (*save the date*) do dia 20 para realização da reunião.

A expectativa, informou, é ouvir se há algum tipo de sugestão ou observação em relação ao texto enviado. Destacou que o relatório apresenta um relato breve de todos os projetos finalizados no ano anterior e os relatórios de auditorias independentes – auditoria financeira e de *compliance*. A primeira foi realizada pela KPMG e a última pela Ernst & Young. Comunicou que ambos os relatórios de auditorias estão anexos ao relatório de atividades sem nenhum tipo de observação, pendência ou fato a ser relatado, o que ocorre desde a primeira avaliação.

Nabil Kadri (BNDES) abriu a palavra para os membros do comitê e convidou os representantes a deliberar sobre o presente item da pauta. Com todos de acordo, foi aprovado o Relatório Anual de Atividades do Fundo Amazônia de 2022.

Em seguida, passou a palavra para o secretário executivo Capobianco.

3. Informes gerais

a. Agendamento da próxima reunião do COFA – aprovação das novas diretrizes com base no PPCDAm

Capobianco (MMA), dando continuidade à fala introdutória da diretora Tereza Campello, destacou a realização da próxima reunião, em julho, para discutir as diretrizes do Fundo. Afirmou que o COFA desempenhará um papel absolutamente fundamental nas futuras ações do Fundo Amazônia. Lembrou a todos que no dia 5 de junho, Dia Mundial do Meio Ambiente, o presidente Lula lançou oficialmente a quinta fase do PPCDAm, cuja

elaboração iniciou em fevereiro e terminou em maio. Destacou que no processo de consulta pública foram recebidas mais de 500 contribuições dos mais diferentes setores – sociedade, academia, setor privado –, que foram analisadas em sua totalidade. Destacou a participação do secretário extraordinário de Controle do Desmatamento e Ordenamento Ambiental Territorial, André Lima, que, juntamente de sua equipe e do diretor do Departamento de Políticas de Controle do Desmatamento e Queimadas, Raoni Rajão, coordenou o processo em parceria com a Casa Civil, cujo representante Gabriel Lui, presente na reunião, participou ativamente.

Ressaltou a satisfação quanto ao tempo curto de realização do trabalho – um pouco mais de três meses para atualizar o PPCDAm – e a grande expectativa em relação a sua implementação. Lembrou que o plano já vinha sendo implementado por meio das ações de fiscalização e controle realizadas com bastante intensidade e que agora ganham mais força e viabilidade com toda a ação integrada de governo.

Indagou se todos os membros haviam recebido o documento. Recomendou ao secretário André Lima (MMA) o envio do material para viabilizar a reflexão sobre as novas etapas e a elaboração das novas diretrizes que orientarão as ações de financiamento do Fundo nos próximos anos.

Convidou o secretário André Lima (MMA) para apresentar rapidamente o tema antes dos informes.

André Lima (MMA) saudou todos e todos e corroborou a importância do envio do material a todos os representantes, o que seria checado por sua assessoria. Informou que o plano tem mais de 190 linhas de ação nos quatro eixos estruturantes. Destacou que muitas, inclusive, já estão sendo implementadas para além das ações de fiscalização que podem ser acompanhadas pela mídia como: duplicação das ações de fiscalização e autos de infração pelo Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis (Ibama) e agenda dos embargos remotos em escala. Salientou também a articulação com os estados com a implantação de três grupos de trabalho (GT) com o estado do Pará e o início do diálogo com Amazonas e Mato Grosso, com ações especificamente voltadas para os desafios de cada estado, que são muito diferentes. Afirmou a absoluta convicção do ministério de que nessa fase do desafio de reduzir o desmatamento na Amazônia os objetivos serão alcançados somente por meio de uma forte colaboração com os estados e municípios. Advertiu que não pretende adiantar a discussão sobre o documento das diretrizes, mas informou que o ministério já vem conversando com alguns dos principais municípios críticos de desmatamento na Amazônia para envolvê-los diretamente em ações propositivas. Lembrou também das inúmeras articulações realizadas com organizações da sociedade civil e setores privados para estimular uma participação ativa nesse momento histórico.

Disponibilizou a Secretaria Extraordinária de Controle do Desmatamento e Ordenamento Ambiental Territorial para esclarecer eventuais dúvidas. Comunicou o início do plano do Cerrado, destacando os desafios para combater o desmatamento no bioma. Na Amazônia, frisou que os dados apresentados referentes a maio mostram uma reversão do quadro de aumento no desmatamento. Ressaltou que os dados atuais são bem interessantes, com uma importante tendência de queda já verificada nos últimos cinco meses, o que representa a consolidação dessa reversão. Informou que a secretaria pretende elaborar um relatório dos primeiros seis meses dos desmatamentos na Amazônia no atual governo, que, eventualmente, poderá ser apresentado na próxima reunião.

Capobianco (MMA) acrescentou que há um grande esforço sendo empreendido para aumentar a captação para o Fundo Amazônia desde o início da atual gestão do presidente Lula, a partir das sinalizações que vem fazendo desde a campanha, no seu discurso de posse e, inclusive, com a própria ida à COP 27, no Egito. Destacou que essas importantes indicações de compromisso do governo brasileiro têm propiciado um aumento, e até retorno, do interesse dos países doadores em contribuir com o Fundo. Afirmou haver sinalizações positivas, com alguns processos já em andamento para disponibilização de recursos, gerando bastante otimismo com o retorno de investimentos, inclusive de países que não colaboraram no passado e que agora passam a colaborar com o Fundo. Destacou um cenário promissor com o PPCDAM atualizado e com a tendência de redução do desmatamento, embora ainda não seja possível comemorar porque os meses de junho e julho são os mais dramáticos para o período de análise. Mas afirmou que os números permitem, ao menos, verificar uma tendência de redução, o que é muito estimulante para todos neste momento. Afirmou que uma redução no desmatamento já neste ano seria muito importante, mesmo não sendo tão significativa devido ao recorde de desmatamento alcançado no segundo semestre do ano passado na Amazônia. Acrescentou que já há um valor “contratado” bastante alto pelo governo anterior. Reiterou que o Instituto Nacional de Pesquisas Espaciais (Inpe) mede o desmatamento entre os meses de 1º de agosto a 31 de julho, portanto, parte da taxa a ser anunciada neste ano, cuja versão inicial deverá ficar pronta em novembro, será certamente bastante impactada pelo desmatamento realizado no segundo semestre do ano passado. De qualquer forma, prosseguiu, sublinhando a importância do momento atual.

Chamou a atenção dos presentes, no âmbito do PPCDAM, para o desenvolvimento do trabalho em termos de diretrizes na próxima reunião de julho.

Marcelo Thomé (Confederação Nacional da Indústria – CNI) indagou se a minuta das novas diretrizes será disponibilizada previamente à próxima reunião para que os membros possam elaborar uma contribuição de forma estruturada.

Tereza Campello (BNDES) confirmou o envio e informou que a partir do documento orientador, o PPCDAm, está sendo organizada uma proposta de diretrizes. Avisou que o texto será enviado para todos os conselheiros com prazo mais do que o regimental (de dez dias) para permitir o recebimento das contribuições e uma discussão mais estratégica para além de detalhes como manual e regras, conforme orientação do Ministério do Meio Ambiente. A ideia, prosseguiu, é realizar a reunião do COFA na segunda quinzena de julho para permitir o envio em tempo hábil de todos os documentos e receber as contribuições que permitam um debate real. Explicou que o objetivo é realizar reuniões prévias por bancadas.

Capobianco (MMA), corroborando a fala da diretora do BNDES, informou que a ideia é fruto de um grande debate, tanto internamente, no ministério, como com a equipe do BNDES. Confirmou que a proposta é produzir um documento que tenha claramente a estratégia do Fundo, além das diretrizes específicas do manual de operação. Afirmou acreditar que esse será um processo muito produtivo.

Edna Castro (Sociedade Brasileira para o Progresso da Ciência – SBPC) indagou se havia um horizonte temporal quanto aos editais em geral, enfatizando os de ciência/pesquisa. Afirmou ser fundamental esse processo para o apoio ao PPCDAm.

Tereza Campello (BNDES) informou que essa delimitação será dada a partir do debate sobre as diretrizes. Lembrou que na última reunião do comitê algumas ações estratégicas foram acordadas, e estão operantes, e que ficou deliberado que as ações mais estruturais, tanto na área de desenvolvimento sustentável quanto em outras áreas, poderiam ser iniciadas após a atualização do PPCDAm. Afirmou que a partir desse documento e do Decreto Presidencial as diretrizes serão encaminhadas para este fórum, que é o comitê orientador, aprovar. Comunicou que de hoje até a segunda quinzena de julho a proposta das diretrizes – que organizarão as ações do Fundo Amazônia nos próximos dois anos – será preparada e concluída para, por conseguinte, ser encaminhada a todos os conselheiros para futura aprovação pelo Comitê Orientador. Ressaltou que serão realizados reuniões específicas e debates bilaterais para aprofundar a discussão. Destacou que qualquer iniciativa de editais, solicitações ou apresentação de projetos a serem financiados pelo Fundo Amazônia só acontecerá após a aprovação do COFA, o que significa menos de um mês para iniciar esse prazo.

Disponibilizou a equipe do BNDES para sanar qualquer dúvida, não havendo exigência de reunião para diálogo entre os conselheiros.

b. Evento em comemoração aos 15 anos do Fundo Amazônia

Tereza Campello (BNDES) informou que durante os dias 8 e 9 de agosto acontecerá, na cidade de Belém, a Cúpula da Amazônia, que receberá os presidentes dos países que

integram a Organização do Tratado de Cooperação Amazônica (OTCA). Comunicou que se trata de uma reunião governamental de alto nível e que tanto o Itamaraty quanto a Secretaria-Geral da Presidência da República estão preparando os eventos prévios, nos dias 6 e 7 de agosto.

Comunicou que a proposta é realizar uma atividade em comemoração aos 15 anos do Fundo Amazônia, aproveitando a oportunidade para propor um debate estratégico, pensando nos resultados e olhando para o futuro, além de ouvir parceiros e experiências de outros países que contam com o apoio de fundos similares. Informou que a proposta é organizar três mesas: a terceira, com base nas anteriores, trará a visão de futuro. Lembrou que as diretrizes, que já estarão aprovadas pelo COFA, poderão ser apresentadas em um debate com a sociedade civil, com a academia e com todos os que estiverem participando dessas atividades prévias.

Informou que a equipe do BNDES está visitando o Museu Goeldi como possível local para o evento.

Nabil Kadri (BNDES) recordou que o Fundo Amazônia fará 15 anos em agosto, mês em que foi editado o primeiro decreto na primeira semana e no qual ocorrerão muitas atividades envolvendo a presidência, a ministra Marina Silva e os demais ministros. Informou que há uma expectativa também de registrar o encontro, as reflexões sobre o futuro, em uma publicação física, a ser lançada na COP 28, também como um encerramento do ano de comemoração dos 15 anos do Fundo. Enfatizou que o presente informe se refere a uma proposta, ainda sem nomes para os painéis, cujo objetivo é convidar os membros do comitê para o engajamento na iniciativa.

Capobianco (MMA) informou que será confeccionada uma minuta de agenda para o evento, com todas as informações necessárias, que circulará entre os membros do COFA para colher sugestões e recomendações e, assim, possibilitar uma atividade interessante, com participação ativa do comitê. Solicitou ao BNDES celeridade no encaminhamento da proposta de organização do evento em questão.

Tereza Campello (BNDES) anuiu e sugeriu que haja um debate sobre a minuta entre o MMA e o BNDES, no dia 27, em reunião previamente agendada, e que, posteriormente, seja encaminhada aos membros do COFA para deliberação.

Capobianco (MMA) anuiu à sugestão.

Gabriel Lui (Secretaria-Geral da Presidência da República – SGPR) saudou a iniciativa de celebrar os 15 anos, principalmente em razão dos últimos quatro, um período de paralisação, de esvaziamento do papel do Fundo e do que ele representa. Ressaltou a importância de ampliar a base de doadores para debater o futuro do Fundo como um elemento importante para reflexão. Evocou o esforço recente da cooperação bilateral

para trazer doações dos Estados Unidos, do Reino Unido e da União Europeia, mas chamou a atenção para o papel relevante dos doadores brasileiros, da filantropia brasileira, na contribuição com o Fundo. Lembrou que durante a transição governamental houve conversas nesse sentido, mas ainda sem movimentos mais contundentes. Sugeriu, desse modo, um painel pensando na composição de recursos, doadores e novos doadores para gerar alguma forma de compromisso público para que a filantropia engajada nessa temática também possa colaborar de maneira mais ativa. Propôs o convite a potenciais doadores.

Capobianco (MMA) qualificou como excelente a sugestão e afirmou que será avaliada.

Eron Bezerra (Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovação – MCTI) expressou sua concordância com a realização do evento, mas externalizou também preocupação com a possibilidade de dispersão. Informou que participou de uma reunião com a Secretaria de Governo do Pará, representando o Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovações, para tratar dessa questão. Disponibilizou o ministério para integrar esse esforço, dentro de suas limitações, e para promover o debate fundamental de pensar estrategicamente a Amazônia, especialmente o futuro, a partir das linhas gerais do Fundo Amazônia.

Tereza Campello (BNDES) agradeceu a fala e informou que há uma articulação tanto com o Ministério de Relações Exteriores quanto com a Secretaria-Geral. Destacou a ciência de ambos os órgãos. Manifestou concordância com a preocupação assinalada, mas frisou que a ideia não é realizar um evento de massas, ou mesmo um evento/reunião do COFA, mas sim uma atividade em que se possa fazer uma reflexão de qualidade e produzir o material não só de comemoração, mas também como registro público, inclusive para fora, como destacou Gabriel Lui. Informou que sua sugestão será encaminhada e fortalecida no diálogo com os ministérios.

Carlos Augusto Silva (Contag) informou que a organização está realizando um debate interno e acompanhando toda a discussão sobre a Amazônia, ainda em processo de análise. Afirmou que a intenção é acompanhar todos os debates futuros, inclusive o específico sobre o Fundo Amazônia, para também fazer o aprofundamento necessário com os diversos segmentos que existem na região. O objetivo é fortalecer a representação de suas federações no tema do Fundo Amazônia e em outros assuntos que serão palco de reflexões e ações autogestionárias, as quais estão sendo pensadas também por outras organizações da sociedade civil. Reiterou essa articulação em desenvolvimento para garantir uma presença objetiva durante a Cúpula da Amazônia.

c. Inspeção TC 020.974/2019-1 e Acórdão 1.107/2023

Tereza Campello (BNDES) comunicou a aprovação pelo Tribunal de Contas da União (TCU), em junho deste ano, do relatório de auditoria sobre o Fundo Amazônia, fruto de

uma demanda encaminhada ao órgão pelo ex-ministro do meio ambiente, Ricardo Salles. Destacou que o documento, que abarca toda a sua atuação, desde sua criação até 2022, é bastante positivo para o Fundo Amazônia, já que o tribunal afirma que nenhuma das questões apontadas pelo Ministério do Meio Ambiente é procedente. Explicou que o TCU arquivou a ação, com o texto – que será posteriormente encaminhado aos membros do comitê – afirmando o afastamento de indícios de irregularidades.

Ressaltou que as considerações do TCU versam sobre aprimoramento de processos, como a utilização de cheques para parte dos pagamentos com a recomendação de utilização de outro meio de pagamento. Entretanto, sublinhou que a equipe técnica do BNDES informou ao órgão de controle que parte desses locais que recebem pagamentos sequer tem conectividade, portanto, a manutenção do método se torna mais adequada por um conjunto de questões. Afirmou, ainda, que o tribunal reconhece a justificativa e concorda com a continuidade da prática, recomendando que o número do cheque seja apontado na nota fiscal para facilitar futuros acompanhamentos. Exalta a importância do relatório na medida em que comprova as boas práticas do Fundo Amazônia ao longo desse período e afasta qualquer uma das investidas pelo ministério, conduzidas pelo ministro Ricardo Salles. Informou também que há um material elaborado pela equipe do BNDES que levanta ponto por ponto dos 73 itens assinalados na solicitação de auditoria e que o TCU assegura o não procedimento para todos.

Nabil Kadri (BNDES) afirmou que este é um momento importante porque ao longo dos últimos quatro anos, com a extinção do comitê, o reporte das investigações, fiscalizações e auditorias a que o Fundo estava submetido tinha como destinatários os doadores formais, uma vez que é uma obrigação contratual informar qualquer tipo de ação que possa ter impacto na administração do Fundo. Destacou ser essa a primeira reunião em que é realizado esse relevante relato de balanço aos membros do COFA. Noticiou que nos últimos quatro anos houve procedimentos no TCU, na Controladoria-Geral da União (CGU), na Polícia Federal, no Ministério Público Federal (MPF), no Supremo Tribunal Federal (STF) e na Advocacia-Geral da União (AGU), alguns em paralelo, outros distinguidos em tempos e prazos. Enfatizou que todas as demandas encaminhadas ao BNDES foram respondidas nos prazos, incluindo o período da Covid-19, demandando esforços adicionais complexos como a busca de documentos físicos no momento mais agudo da pandemia, quando a equipe foi deslocada para o escritório do BNDES, mesmo com o *lockdown* total, para reunir documentos e atender aos pedidos de fiscalização. Afirmou que a equipe do Fundo Amazônia nunca se recusou a encaminhar qualquer documento ou informação a nenhum dos órgãos demandantes. Assinalou que foram mais de quatro mil documentos disponibilizados nesse processo, mais de quarenta notas técnicas elaboradas pela equipe do Banco e que é importante que todos estejam cientes de que os documentos das operações vinculadas às organizações não governamentais (ONG), organizações da sociedade civil de interesse

público (Oscip) e organismos não governamentais foram encaminhados a esses órgãos de controle.

Informou que os grandes procedimentos já estavam finalizados, havendo a conclusão da atuação do STF em novembro do ano passado e da CGU, em julho do mesmo ano. Ressaltou que o último é um relatório extremamente positivo do ponto de vista da gestão do Fundo, conduzida pelo Banco, com passagens muito importantes e relevantes. Ressaltou, ainda, que o relatório do TCU era bastante aguardado por se tratar de um processo que durou três anos e meio com muita troca de informações e pedidos e foi concluído em novembro, também do ano passado, com o documento emitido para a manifestação técnica e conseguinte votação e apreciação do acórdão. Informou que esse procedimento específico do TCU é muito abrangente, sendo complementar a uma auditoria do TCU, concluída em 2018, solicitada no âmbito da Comissão Parlamentar de Inquérito (CPI) da Fundação Nacional dos Povos Indígenas (Funai), ou seja, outra demanda do congresso ao TCU para que todos os projetos de ONGs do Fundo Amazônia fossem investigados. Em 2018, prosseguiu, o relatório já havia sido bastante elogioso à gestão do Fundo, incluindo quatro recomendações e uma determinação, todas elas atendidas plenamente, que se somam à demanda de 2019, finalizada em 2023, e que abrangeu mais de 30% de todos os recursos já liberados pelo Fundo. Destacou que o Banco nunca teve oportunidade de se manifestar em relação aos pontos, por meio de uma troca entre instituições, que foram respondidos nos autos para o TCU. Ressaltou que todos os 73 pontos foram respondidos e que o tribunal não identificou pendências nos 51 projetos.

Nabil Kadri (BNDES) enfatizou que o relatório do TCU foi vinculado a todos os projetos não governamentais apoiados pelo Fundo, mas que apenas 18 foram objeto de questionamento da equipe anterior do ministério. Destacou um encaminhamento do próprio tribunal que questiona a pertinência e a metodologia utilizada por essa equipe para fazer essas verificações. O acórdão, prosseguiu, avaliza de forma explícita que a pretensa auditoria realizada pelo MMA não se sustenta diante dos fatos e dos documentos apresentados. Relatou outra conclusão do relatório, vinculada à busca por motivação dos doadores em relação ao Fundo Amazônia, que aponta de forma bastante objetiva não identificar nenhum tipo de interesse além dos publicamente divulgados e dos compromissos da agenda ambiental pública desses doadores. Explicou que os dois blocos de ação são refutados pela equipe técnica do Tribunal de Contas, corroborados pelo ministro relator, votados em sessão do próprio tribunal, sem que haja nenhum tipo de recomendação adicional ou dúvidas. Afirmou ter sido até uma aprovação muito simples e simbólica no plenário do tribunal, o que mostra um consenso dos demais ministros em relação ao trabalho que foi executado.

Lembrou que nenhum dos outros procedimentos instaurados até o momento teve nenhum tipo de apontamento ou questionamento que não tenha sido esclarecido pelo Banco, ou seja, não há nenhum tipo de suspensão vigente.

Tereza Campello (BNDES) afirmou que o montante fiscalizado na inspeção em relação ao total de operações com recursos do Fundo Amazônia equivale a 33,4% do total financiado pelo BNDES desde 2008 e 100% dos recursos do Fundo destinados à sociedade civil, ou seja, a agentes não governamentais. Ressaltou a importância da leitura do relatório pelos membros do COFA.

Nabil Kadri (BNDES) complementou que esse relatório se soma a 15 relatórios de auditoria independente realizados ao longo dos anos, tanto na parte de cumprimento quanto na parte financeira e, mais uma vez, também sem nenhum tipo de apontamento ou indicação adicional diante da gestão dos recursos que o Banco tem feito ao longo desses anos.

Agradeceu a presença da equipe do Fundo Amazônia, que está acompanhando a reunião de hoje, como acompanha as demais regiões do COFA; da Fernanda Garavini, chefe atual do departamento do Fundo; dos gerentes que participam da reunião presencialmente, Rodrigo Tosta e Thaíssa; e dos demais gerentes que estão *online*. Agradeceu também o esforço e o trabalho da equipe, que se transmitem em um bom resultado diante da energia e da dedicação empenhadas nas respostas ao tribunal, fruto de muito trabalho ao longo desses anos para esse bom resultado para o país e para nossas operações futuras.

Capobianco (MMA) celebrou o relatório no contexto de retomada do Fundo, o que dá respaldo aos trabalhos que serão desenvolvidos – em que o Fundo Amazônia é central – nos próximos dois ou três anos, também no momento em que o congresso cria a CPI das ONGs por meio de uma narrativa que ainda não foi superada, uma visão absolutamente equivocada e persecutória sobre o papel da sociedade civil na implementação de políticas públicas no Brasil. Agradeceu o empenho da equipe que franqueou todas as informações e se dedicou muito para que o TCU tivesse acesso a todos os dados e pudesse fazer uma análise aprofundada e favorável, o que significa apenas o registro do que já se era sabido sobre a seriedade do trabalho, sobre os compromissos do Fundo Amazônia com o princípio da boa gestão, da visão estratégica, de uma orientação para uma relação positiva entre governo e sociedade civil e empresas e governos em geral.

André Lima (MMA) indagou se o acórdão já está publicado, ou seja, se a informação é 100% pública.

Tereza Campello (BNDES) confirmou a informação e comunicou que tanto o acórdão quanto o relatório que o embasou serão encaminhados aos membros após a reunião, além de um pequeno *release* sobre o material.

Capobianco (MMA) afirmou que o encaminhamento do *release* é importante pois dá uma visão do processo de forma sintética.

Eduardo Taveira (Estado do Amazonas – AM) indagou sobre a existência de algum material informativo, como o *release*. Afirmou que, como conselheiros, os secretários têm um papel de divulgação importante, junto a deputados e aos governos dos estados, de comunicação e visibilidade do Fundo. Ressaltou que há ainda, apesar dos 15 anos, bastante desconhecimento sobre a própria existência do Fundo, a vinculação ao BNDES, como os projetos são aprovados. Destacou, desse modo, que esse tipo de material, ainda mais didático, ajuda na defesa junto aos atores locais.

Tereza Campello (BNDES) passou a fazer a síntese dos encaminhamentos da reunião. Elencou três pontos, além das aprovações da ata da reunião anterior e do Relatório de Acompanhamento do Fundo Amazônia, que serão traduzidos e encaminhados aos membros do COFA e doadores.

Decisões e encaminhamentos

O COFA aprovou a proposta de envio por meio digital para todos os conselheiros dos seguintes documentos:

1. Decreto e PPCDAm;
2. Proposta do evento do dia 6 de agosto, a partir do dia 27, quando acontecerá uma reunião com o Ministério do Meio Ambiente que permitirá a produção conjunta de um material, consultando previamente, por orientação do COFA, a Secretaria-Geral e o Itamaraty, convidando eventuais doadores, inclusive os nacionais, como sugerido por Gabriel Lui (SGPR);
3. Acórdão e o relatório do Tribunal de Contas da União, junto com o *release*.

4. Encerramento

Capobianco (MMA) agradeceu a presença e a colaboração de todos, identificando cinquenta participantes, inclusive alguns que não são integrantes do COFA – mostrando o interesse que o Fundo Amazônia vem despertando.

Solicitou aos conselheiros que se dediquem às discussões sobre as diretrizes que serão distribuídas em breve, um momento importante de contribuição para alcançar um bom documento orientador dos próximos anos de atuação do Fundo.

A reunião se encerrou.

5. Membros do COFA presentes na reunião

Ministério do Meio Ambiente e Mudança do Clima (MMA), João Paulo Ribeiro Capobianco

Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovação (MCTI), Fabio Donato Soares Larotonda

Ministério do Desenvolvimento, Indústria, Comércio e Serviços (MDIC), Márcio Fernando Elias Rosa

Ministério das Relações Exteriores (MRE), Daniel Fonseca

Ministério da Agricultura e Pecuária (Mapa), Carlos Ernesto Augustin

Secretaria-Geral da Presidência da República (SGPR), Gabriel Henrique Lui

Ministério dos Povos Indígenas (MPI), Lucia Alberta Andrade Oliveira

Ministério da Justiça e Segurança Pública (MJSP), Diego Galdino de Araujo

Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES), Tereza Helena Gabrielli Barreto Campello

Estado do Acre, Renata Souza

Estado do Amazonas, Eduardo Costa Taveira

Estado do Amapá, Cássio Vinícius Rodrigues de Lemos

Estado de Mato Grosso, Alex Sandro Antonio Marega

Estado do Pará, Rodolpho Zahluth Bastos

Estado de Rondônia, Marcos Antônio Ribeiro de Menezes Lagos

Estado de Roraima, Fábio Rodriguez Martinez

Estado do Tocantins, Cristiane Peres da Silva

Confederação Nacional da Indústria (CNI), Marcelo Thomé

Confederação Nacional dos Trabalhadores na Agricultura (Contag), Sandra Paula Bonetti

Fórum Brasileiro de ONGs e Movimentos Sociais para o Meio Ambiente e o Desenvolvimento (FBOMS), Adriana de Carvalho Barbosa Ramos Barreto

Sociedade Brasileira para o Progresso da Ciência (SBPC), Edna Maria Ramos de Castro

Coordenação das Organizações Indígenas da Amazônia Brasileira (Coiab), Valéria Paye Pereira Kaxuyana

Fórum Nacional das Atividades de Base Florestal (FNBF), Frank Rogiéri de Souza Almeida

6. Membros do COFA que não compareceram à reunião

Ministério do Desenvolvimento Agrário e Agricultura Familiar (MDA)

Estado do Maranhão